

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.676.690 - SP (2020/0054203-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : AURORA DOS SANTOS NAVAS
AGRAVANTE : APARECIDO SILVA
AGRAVANTE : APPARECIDA LENCKI
AGRAVANTE : BENEDITA DE OLIVEIRA MENASSI
AGRAVANTE : BENEDITA CLAUDIO DA SILVA
AGRAVANTE : CACILDA SOLANO TERSI
AGRAVANTE : BENEDITO SFORCIM
AGRAVANTE : CLOVIS DOS SANTOS
AGRAVANTE : DELZIRA BRUZAFERRO LEITE
AGRAVANTE : DIRCE DAS DORES PEGORETTE LAPA
AGRAVANTE : DOMINGOS DE FREITAS
AGRAVANTE : EDMIR GERMANO MARTINS
AGRAVANTE : EDNA PASCOALINA DA COSTA
AGRAVANTE : EURIDICE GARCIA FIGUEIREDO
AGRAVANTE : HELENA OLIVEIRA FERRO
AGRAVANTE : JOSE ESTEVAM
AGRAVANTE : JOSÉ OTAVIO SANCHES VARELLA
AGRAVANTE : JOVINA PEDROSO ONHA
AGRAVANTE : LEONTINA CORREA BARROS
AGRAVANTE : LUCIA FONTOLAN BOSSOLANI
AGRAVANTE : MANOELA GIMENES DAS CHAGAS
AGRAVANTE : MARIA APPARECIDA FRANCESCHINI DORELLI
AGRAVANTE : MARIA DA CONCEICAO FREITAS GARCIA
AGRAVANTE : MARIA JOSE DE OLIVEIRA BACCELLI
AGRAVANTE : MARIA LEMSKI
AGRAVANTE : MARINA CAMPOS DE ALMEIDA
AGRAVANTE : OLIVIA DAS DORES FONSECA
AGRAVANTE : OSVALDO LOSTADO DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : ROQUE DO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE : ZILDA FERREIRA DA SILVA
ADVOGADOS : NELSON GARCIA TITOS - SP072625
DARCY ROSA CORTESE JULIÃO - SP018842
ANTÔNIO OROPALLO - SP017925
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : SARA DINARDI MACHADO - SP263704

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por JOSÉ OTAVIO SANCHES VARELLA e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: não cabimento do REsp quando a tese recursal é eminentemente constitucional, ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade, Súmula 7/STJ, Súmula 280/STF e divergência não comprovada.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: Súmula 7/STJ e divergência não comprovada.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Superior Tribunal de Justiça

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente